

Preso e aprovado: discurso de ódio, catarse e (res)significações na polêmica aprovação de um detento no vestibular da Universidade Federal do Pará¹

Ângela Márcia Bazzoni REYER²

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

José Carlos Almeida ROSA³

Faculdade Estácio do Pará, Belém, PA

Enderson OLIVEIRA⁴

Universidade Federal do Pará e Faculdade Estácio do Pará, Belém, PA

RESUMO

Este ensaio discute os discursos criados por internautas nas redes sociais, em especial via *Facebook*, a partir da notícia que Pedro Henrique Monteiro Araújo, detido por cometer abuso sexual contra três crianças, foi aprovado no vestibular para o curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Pará (UFPA). A reportagem sobre o caso foi publicada em primeira mão pelo portal de notícias Diário Online (DOL), de Belém. A partir daí, inúmeros internautas começaram a opinar sobre o caso, muitas vezes recorrendo a relatos pessoais, textos agressivos e irônicos, fomentando certo discurso de ódio e uma prática de catarse, como podemos notar na netnografia aqui realizada e que também nos possibilita discutir o papel do público no webjornalismo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Facebook; Discurso de ódio; Catarse; Netnografia; Webjornalismo

Considerações iniciais

Segunda-feira, 29 de janeiro de 2018. É divulgada a lista de aprovados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Ministério da Educação (MEC). Dentre eles, um caso específico chamou a atenção e ganhou destaque em jornais e portais de notícias no Brasil: o resultado do

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática 1 - Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 22 a 24 de maio de 2018.

² Jornalista e mestrande do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense – NARRAMAZÔNIA. E-mail: bazzoniangela@gmail.com.

³ Graduado em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda). Participa da Linha de Pesquisa “Comunicação, Cibercultura e Antropologia”, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Estácio do Pará. E-mail: zekrlos.almeida@gmail.com

⁴ Jornalista, professor na Faculdade Estácio do Pará, mestre em Ciências Sociais (Antropologia) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Coordenador da Linha de Pesquisa “Comunicação, Cibercultura e Antropologia”, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Estácio do Pará. E-mail: enderoson.oliveiral@gmail.com.

Sisu garantiu ao detento do sistema penitenciário paraense Pedro Henrique Monteiro Araújo, 34 anos, uma vaga no curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Dias depois, mais especificamente em 02 de fevereiro, tal aprovação foi divulgada com entusiasmo pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) no site da agência de notícias do Governo do Estado. Na sugestão de pauta enviada às redações de veículos de comunicação, a Susipe informava que Pedro Henrique tinha alcançado o primeiro lugar para o curso, em regime de cotas.

Terça-feira, 06 de fevereiro de 2018. O que era uma história de superação, reabilitação e ressocialização diante de um sistema penal defasado e exemplo de conquista pessoal e profissional, se transformou em um caso de debates propício a manifestações públicas, disseminação de opiniões, discursos revoltados e uso de expressões agressivas, pulverizadas na *web*.

Isto tudo porque o portal de notícias Diário Online (DOL)⁵ publicou na referida data uma reportagem em que apresentava o motivo pelo qual o detento está encarcerado. Pedro Henrique, diagnosticado como portador de pedofilia segundo laudo disponível em seu processo judicial, cumpre pena de mais de 38 anos, em regime fechado, por abusar sexualmente, filmar e fazer fotos de três crianças, em 2009:

⁵ Portal de notícias do Grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), criado em 2010. É um dos principais veículos de imprensa *online* da Amazônia, com mais de 16 milhões de acessos mensais, segundo dados do Google Analytics, em março de 2018. A reportagem foi publicada às 11h48 do dia 06, com a manchete “Detento aprovado para Cinema na UFPA cumpre pena por estuprar e filmar três crianças” e está disponível em <<https://goo.gl/gg9Hbd>>. Acesso em 06 fevereiro de 2018.

Imagem 01. Trecho do laudo disponível até o início de fevereiro no portal JusBrasil. Coincidência ou não, após a repercussão do caso, a página foi retirada do ar.

“A nosso entendimento, nos casos de semi-imputabilidade, a substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança somente deve ser aplicada quando o apenado necessitar de especial tratamento curativo.

No caso sob enfoque, denota-se que, pelo laudo aditivo de fls. 313/315, a perita afirmou que não há medicamentos que possam estabelecer um controle sobre a perturbação mental de denunciado e que o tratamento seria somente voltado para outros sintomas como ansiedade e compulsividade.

Embora tenha sido constatado o diagnóstico de pedofilia, com reflexos em sua capacidade de determinação, ficou consignada a capacidade do acusado de entender o caráter ilícito do fato, o que afasta a necessidade de aplicação de medida de segurança.

Além do mais, é cediço que atualmente não há tratamento eficaz para o tipo de perturbação da saúde mental que acomete o denunciado. Portanto, correr-se-ia o risco de que, o réu solto precocemente em razão da avaliação pericial, voltasse a cometer novos delitos. Aliás, o que é sugerido pela perita no termo aditivo a laudo psiquiátrico legal (desinternação).

Fonte: Captura de tela

A partir de tal reportagem, as manifestações nos comentários de publicações sobre o caso tomaram outro rumo: o que era uma listagem de parabéns pela conquista se tornou uma reunião de acusações, ofensas e piadas irônicas que associavam o crime do detento à sua escolha acadêmica (o curso de Cinema). Tal história, após a repercussão no portal paraense, também foi publicada em portais nacionais, como o Extra e O Globo⁶.

Nesta miríade de comentários e posicionamentos, surgiram, então, discussões complexas que envolviam tanto a defesa pela reabilitação de Pedro – e o papel que o curso de graduação poderia ter nisto – como manifestações agressivas que apontavam para o chamado “discurso de ódio” e uma prática catártica que vê na expressão de opiniões nas redes sociais uma forma de posicionamento e de compreensão do período contemporâneo.

Assim, tal como uma “teia” de internautas e suas expressões, estes comentários são, em última instância, a grande substância da análise netnográfica que aqui apresentamos e que

⁶ Ver mais na matéria "Aprovado em primeiro lugar para Cinema, detento foi condenado por fazer filme pornográfico com crianças", publicada no portal do jornal O Globo: <<https://goo.gl/UzXdLs>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018 e em "Aprovado em primeiro lugar para Cinema foi condenado por abusar e filmar crianças", do Portal Extra: <<https://goo.gl/gP5WB6>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

envolve interações, sentimentos e sensações socioculturais, muitas vezes repletas de tensões e negociações, como começamos a discutir a partir de agora.

Percurso metodológico

Para o desenvolvimento da discussão aqui apresentada, foi feita uma análise netnográfica, que em geral possui como grande propósito observar opiniões, significados e ressignificações, além de outros posicionamentos e interações dos atores sociais ativos na internet. *Através dela* (GEERTZ, 2008, p. 70) foi possível compreender melhor o modo como as pessoas reagiram através de comentários sobre a polêmica.

Diante disto, Robert Kozinets descreve a netnografia como “um método interpretativo concebido especificamente para investigar o comportamento do consumidor de culturas e comunidades presentes na Internet” (KOZINETS, 1998). Essa metodologia nasce a partir da Antropologia Cultural e é intensificada pela cibercultura, com o aumento das pessoas na rede ao longo dos últimos anos, o que provocou a necessidade de se ter um olhar minucioso para este campo de pesquisa. “Uma das possibilidades de se estudar o imaginário virtual e seus atores sociais se faz pelo método da observação. Assim como é comum para a antropologia, a observação no ciberespaço é relevante” (ROCHA; MONTARDO, 2005, p 9).

A netnografia é possibilitada e ganha *status* de importante metodologia contemporânea devido a *Web 2.0*, segunda geração de serviços online que potencializa as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo (PRIMO, 2007, p.01).

É ainda Alex Primo que observando que a *Web 2.0* tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações (2007, p. 01). Deste modo, a netnografia permite ampliar o conhecimento das comunidades e da comunicação dentro do ciberespaço através de uma técnica qualitativa, onde examina de que forma os indivíduos ativos na internet têm se relacionado através da mediação de computadores e a partir das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC).

Visto que as características da contemporaneidade evidenciam explicitamente a supressão do tempo e do espaço, faz-se importante abordar essa problemática. No que concerne às novas tecnologias de comunicação e informação é sabido que uma das principais contribuições das invenções, ao longo, da história da humanidade é tentar controlar o tempo e expandir o seu alcance no espaço (ROCHA; MONTARDO, 2005, p 11).

Com a falta de barreiras geográficas no ciberespaço, o que Marc Augé (1994) denomina como “Não-Lugar”⁷, a notícia polêmica envolvendo o detento ganhou uma rápida repercussão nacional em sites e em posts nas redes sociais gerando uma grande quantidade de comentários, reações e compartilhamentos vindos de várias partes do país; um caso local acabou ganhando uma visibilidade nacional, algo característico da cibercultura.

Assim, partindo dessa metodologia, neste ensaio analisamos a disseminação das opiniões e reações das pessoas feitas a partir de seus comentários no *site* e na página do Diário Online, portal de notícias que foi o primeiro a publicar sobre o motivo da prisão de Pedro Henrique.

Entre likes e vidas: audiência, webjornalismo e ciberespaço

No período contemporâneo, marcado, dentre outras características, pela “aceleração” e “compressão” do tempo e espaço (HARVEY, 2003, p. 219) e pela “desterritorialização” ou “desespacialização” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.07), o ciberespaço funciona como estimulante e facilitador da comunicação entre cidadãos das mais diversas localidades e com diferentes pensamentos e posturas ideológicas.

Neste contexto, as redes sociais possibilitam que demandas, convicções, teorias e interesses sejam agendados e tratados publicamente. Também servem de meio de expressão e formação de opiniões públicas em um palco de debates e da liberdade de opinião, sem fonte finita. Sobre isto, Manuel Castells já havia afirmado que:

É precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais (CASTELLS, 1999a, p.461).

As redes sociais surgem, então, como experiência de comunicação singular, com mecanismo de mobilização, conexão e interação cada vez mais “atualizáveis” e surpreendentes.

⁷ A inexistência do lugar antropológico, algo que não há uma presença física, um pertencimento em um lugar. O não-lugar está ligado ao excesso, a individualização, e é como funciona no ciberespaço, que possibilita os sujeitos ativos por meio das redes sociais, um lugar bastante propício a se sentirem livres para expressar suas opiniões e muitas vezes fazer comentários disseminando ódio. O fato dos indivíduos não estarem sendo expostos de uma forma física, passa a falsa sensação que por trás das telas de seus equipamentos tecnológicos estão protegidos, onde por conta disso muitas vezes acabam cometendo excessos em seus posts na internet.

Em uma visão bem mais “integrada” que “apocalíptica”, *Facebook*, *Twitter*, *Youtube*, *Instagram*, entre outras plataformas, se transformaram em poderosas ferramentas; viabilizam a circulação e propagação das informações; facilitam contatos e a comunicação diária; criam (res)significações culturais; valorizam e repõem no centro as relações entre pessoas; oferecem entretenimento, agilidade e velocidade nas trocas de inúmeros conteúdos.

Sabe-se que no “mundo virtual” as redes sociais também podem ser “tóxicas”, como defende Marco Aurélio Nogueira ao afirmar que “podem criar dependência, alterar predisposições emocionais, impulsionar o extravasamento de ódios irracionais, extrair o pior de cada um de seus frequentadores” (2017).

Por poderem ser usadas para destruir imagens, ampliar discursos de ódio, proliferar notícias falsas, depreciações e até favorecer crimes e outras práticas nocivas ao convívio social, é que as redes sociais têm grandes traços de poder. “Mais do que gerar divisão e desacordo, as redes sociais se encarregam de amplificá-los”, destacou o artigo *As redes sociais são uma ameaça à democracia?*, da revista inglesa *The Economist*, também publicado no Estadão⁸, que enfatizou que “as plataformas sociais são um fenômeno novo e ainda pouco compreendido. E o modo como elas funcionam faz com que tenham influência extraordinária”.

Não por acaso, a publicação “Detento aprovado para Cinema na UFPA cumpre pena por estuprar e filmar três crianças” ganhou grande repercussão nacional. Ela gerou amplo debate e deu voz a centenas de internautas; na maioria das vezes, os pensamentos convergiam para julgamentos próximos sobre a situação relatada. No site, foram 22.467 acessos, segundo dados do Google Analytics⁹.

Na página do portal no Facebook¹⁰, o post alcançou mais de 139.682 pessoas, teve mais de 2,1 mil reações e mais de 460 comentários. O assunto, espinhoso, ajuda a traçar um perfil de quem consome as notícias propagadas nas redes sociais, principalmente as relacionadas a ações violentas e criminosas, já que

A exibição do fato violento de modo dramático ou não, é uma tentativa, às vezes infantilizada de se lidar com a banalização do trágico no cotidiano de hoje. O desastre, a agressão, a monstruosidade teatralizados, discursivamente encenados funcionam como objeto fóbico capaz de circunscrever àquela representação específica a angústia generalizada em face da destruição social. (SODRÉ, 2002, p. 98)

⁸ Disponível em <<https://goo.gl/GdCWpU>>. Acesso em 20 de março de 2018

⁹ O Google Analytics é um sistema de monitoramento de tráfego de usuários na *web*. Ele mostra quantos usuários acessam o site e de que forma esses internautas se comportam ao navegar pelas diversas páginas e seções deste site

¹⁰ Postagem disponível em <https://goo.gl/VzycBM>. Números registrados até o dia 28 de fevereiro de 2018.

Por sua vez, Marcos Rolim diz que:

O contato com a morte violenta e intencional, a partir da mediação do relato, nos aproxima do extremo, compreendido como o limite que não pode ser transposto. O que, talvez, nos ofereça uma forma pela qual possamos contornar nossos impulsos mais obscuros e ancestrais. Assim, quando tratamos da violência (...) é possível que estejamos também “nos livrando” de algo. (ROLIM, 2006, p.187)

As narrativas de casos de violência sempre tiveram espaço de evidência na mídia, pois fazem parte do cotidiano das pessoas e exprimem um problema concreto que pode ocorrer com qualquer pessoa. Isto cria então uma curiosa cadeia, em que o público, assustado com o panorama de violência de determinado local, acaba “consumindo” mais conteúdos sobre e, assim, se aproximando de tal tipo de notícias. É o público então que, portanto, dá um lugar de destaque a essas informações, sendo, inúmeras vezes, manchetes de portais e outros veículos de comunicação, resultando em altos índices de audiência, potencializados muitas vezes pelos discursos pessoais que são compartilhados.

Para além dos discursos? O ódio que permeia as redes sociais

Com o aumento dos atores sociais no ciberespaço e a utilização das novas tecnologias da informação, têm-se modificado a forma com que a sociedade está se relacionando entre si. As plataformas digitais, como as redes sociais, têm possibilitado ainda mais a aproximação entre os sujeitos, assim também como tem permitido uma abertura de espaço muito maior para diálogos cada vez mais desterritorializados, dando voz para diversos povos de diferentes aspectos identitários, étnicos, sociais, culturais, entre outros. Isso tem proporcionado o fortalecimento dos laços dentro da cibercultura.

Essa inovadora tecnologia da informação, cujo diferencial é a extrema rapidez e a vasta amplitude de suas operações, permite ao homem externar seus pensamentos, suas opiniões, suas escolhas, externar a si próprio das mais variadas formas e a um largo espectro de outros homens que, como ele, também se projetam no ciberespaço. (SILVA *et al*, 2001, p 445)

A partir da ideia do "Não Lugar" de Augé (1994) e da diversidade cultural no ciberespaço, surgem por diversas vezes *posts* nas redes sociais em que há situações de conflitos de pensamentos entre os indivíduos, algo que visto por esse ponto é totalmente natural, uma vez que estamos lidando com diferentes tipos de culturas. Porém, é perceptível ainda a forma com

que o discurso de ódio tem se intensificado pelas mesmas plataformas. Os comentários, não raramente feitos por *haters* (odiadores)¹¹, surgem para denegrir a imagem alheia, seja por uma questão social, étnica, de credo, orientação sexual e identidade de gênero ou mesmo divergência de opinião.

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor". (SILVA *et al*, 2011, p 447)

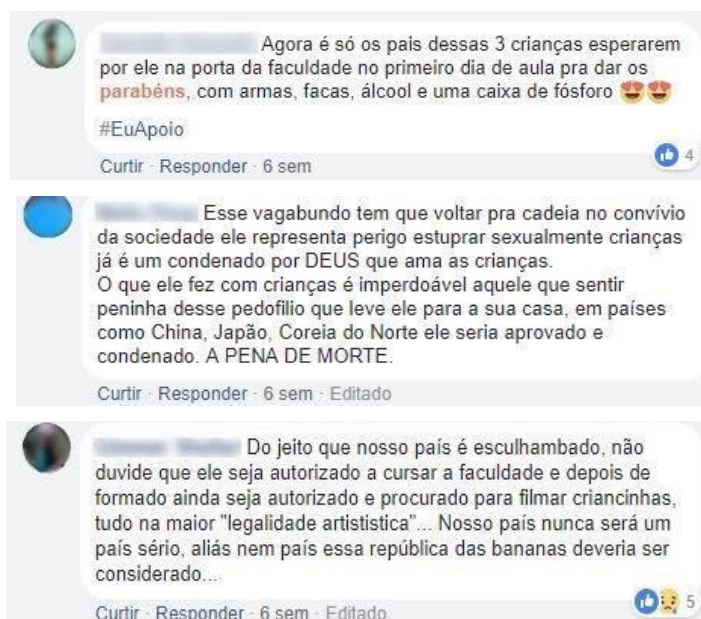
A questão do preconceito nasce justamente a partir da ideia de algo que esteja ligado a uma situação de superioridade em relação a algo de posição inferior, que normalmente é imposto de acordo com a cultura e o pensamento de uma determinada sociedade, em que geralmente existem regras e normas de padrões de comportamentos a serem seguidos. Quem foge a esses princípios comportamentais têm grandes chances de ser hostilizado pela sociedade em que vive. Erving Goffman utiliza o termo estigma social para designar “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (1982, p. 4).

Com o fortalecimento da cibercultura, as agressões dentro das redes tornam-se muito mais fáceis de serem produzidas e observadas, uma vez que os indivíduos normalmente sentem a falsa “sensação” de que estão mais seguros por trás de suas telas e se veem impunes para externalizarem seus discursos, por vezes “mascarados” como “opiniões” para ferir a dignidade individual ou de um grupo.

O mesmo acontece no objeto estudado por este trabalho, em que, por meio de diversos comentários vindos de vários usuários do Facebook as pessoas assumem o “poder de juízes” e exprimem seus sentimentos de raiva através dos posts supondo soluções, inclusive incitando o uso da violência e pedindo a morte (em alguns casos até em nome de Deus) do detento, como é possível ver nos exemplos a seguir:

¹¹ O termo é de origem inglesa, significa “odiadores” e é utilizado na internet para classificar as pessoas que praticam o “bullying virtual” ou “cyber bullying”.

Imagens 02, 03 e 04. Comentários na postagem feita no Diário Online (DOL), no Facebook.



Fonte: Captura de tela/ Facebook DOL.

No último comentário é possível perceber que uma pessoa se mostra indignada com a situação que envolve o detento e tece um comentário irônico em relação às leis aplicadas no país, o qual ela intitula de “república das bananas”. Em casos delicados como esse envolvendo um indivíduo que cometeu crimes e acaba perdendo a sua credibilidade dentro da sociedade, Erving Goffman diz que,

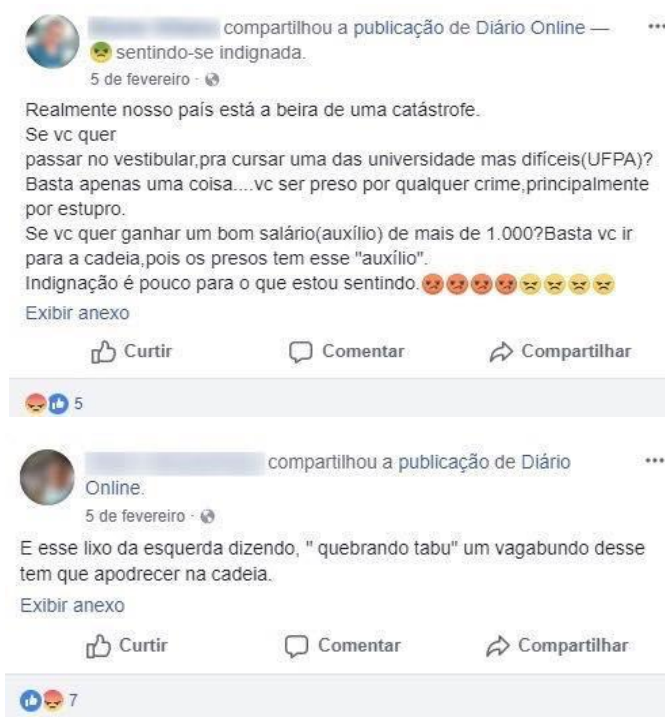
Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1982, p 6).

Indo além, segundo concepção jurídica, o discurso do ódio, é qualquer tipo de manifestação, conduta, gesto, escrita ou representada, proibida por lei que pode incitar violência, ofensas ou ações contra alguém ou um grupo de pessoas. É por isto que cada vez mais necessário discutir e aprovar leis mais rígidas contra as pessoas que disseminam esse tipo de

ataque no ciberespaço e assim a partir disso conseguir assegurar a dignidade humana e de grupos que são atacados diariamente dentro das redes.

O problema é mais amplo e complexo, já que aponta também para a criação e o aumento da disseminação das *fake news*, principalmente, na internet, onde as pessoas muitas vezes apenas leem os títulos sensacionalistas utilizados nos links das matérias, acabam não lendo a notícia e checando se de fato o que está sendo apresentando ali é verídico, compartilham tais *links* e propagam ainda mais o ódio pelas redes, incitando muitas vezes através de suas “repostagens” com que mais pessoas venham “participar” através de comentários e reações nos *feeds*. É justamente em meio a este complexo contexto que surgem comentários como estes:

Imagens 05 e 06. Comentários na postagem feita no Diário Online (DOL), no Facebook.



Fonte: Captura de tela/ Facebook DOL.

Nos dois exemplos apresentados, os internautas que compartilharam a notícia fizeram comentários de acordo com seus posicionamentos pessoais, sem destacar ou mesmo comentar de fato algo relacionado à reportagem publicada pelo Diário Online. Ainda que alguns posicionamentos sejam discutíveis e provoquem reações extremas, como o bloqueio ou mesmo retirada de comentários e internautas, tal prática é estimulada pela própria estrutura do jornalismo na contemporaneidade:

No webjornalismo a notícia deve ser encarada como o princípio de algo e não um fim em si própria. Deve funcionar apenas como o “tiro de partida” para uma discussão com os leitores. Para além da introdução de diferentes pontos de vista enriquecer a notícia, um maior número de comentários corresponde a um maior número de visitas, o que é apreciado pelos leitores (CANAVILHAS, 2001, pp.2-3).

Assim, observando não somente o protagonismo do público ao fazer seus comentários e, muitas vezes, “despejar” suas opiniões mais polêmicas e mesmo seus discursos de ódio, é necessário observar que o jornalismo digital talvez contribua de algum modo para isto. Em tempos de crise política, falta de conhecimento e interesse de outras pessoas em abrirem o *link* da notícia para lê-la, comentários falsos como esses são diariamente consumidos por várias pessoas que fazem parte do círculo de amizade destes indivíduos que compartilharam aquele conteúdo, fazendo assim com que haja um aumento na disseminação de ódio no ciberespaço e, estranhamente, um prazer intrínseco a tal prática.

Depois do ódio, o alívio? Catarse e produção de conteúdo nas redes

Como já discutimos, com a dinâmica do ciberespaço, os cidadãos passaram a expor seus pensamentos e experiências no mundo virtual, revelando-se ao mundo, mostrando suas crenças, posicionamentos, aspectos identitários religiosos, ligados à família. Indo além, emergem diversas discussões acerca da própria produção de conteúdo jornalístico e suas repercussões.

Rogério Amoretti (1992, p.37) entende que o estudo das causas, consequências e justificativas da violência é um tema primordial na sociedade atual e tem uma importância destacada, parecendo depender desta compreensão a possibilidade de sobrevivência da humanidade. No mundo globalizado pelas telecomunicações, a divulgação da violência tem caráter instantâneo e presença nas casas da maioria das pessoas, ocupando grandes espaços nos noticiários, filmes de ficção ou mesmo na literatura.

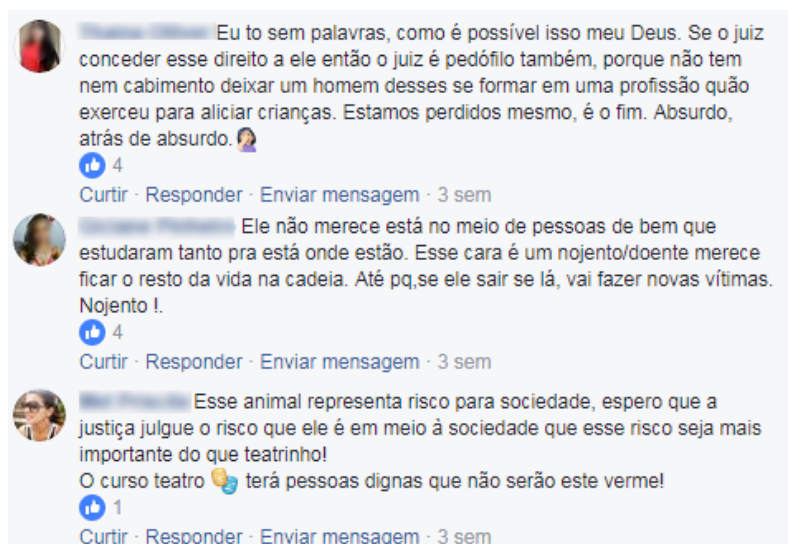
Diante do gosto e da preferência por notícias dessa natureza, o próprio jornalismo acaba passando por uma reconfiguração, já que ele não mais detém o monopólio da visibilidade pública. Silva Junior e Medeiros defendem que:

Agora, os cidadãos passam a ter espaços para contestar posturas entendidas como inadequadas por parte da mídia tradicional, atuando como vigilantes. O ciberespaço permite a emissão e a visibilidade de informações e pontos de vista múltiplos, ligados a interesses distintos e que fogem ao controle de monopólios ideológicos (SILVA JUNIOR E MEDEIROS, 2011, p.425).

Assim, proporcionando a criação de uma “arena” em que o público se vê mais livre para expressar suas opiniões, devemos notar que estas não são aleatórias e trazem em si uma série de contextos, relações sociais e (res)significações. Sobre isto, é fundamental observar as análises de Renata Rezende sobre o quanto o compartilhamento e manifestações nas redes corresponde aos dramas cotidianos, lamentos do dia a dia geram o que a autora denomina “narrativas catárticas” (REZENDE 2014).

Partindo do conceito de catarse (κάθαρσις, *kátharsis*) de Aristóteles, que prevê uma ação de purificação ou mesmo “de purgar”, é possível compreender que algumas ações nos ajudam a aliviar determinadas sensações e sentimentos e, assim, em uma relação mais espiritual que prática, atingir um estado de maior tranquilidade. Levando isto em conta, Farizel e Rezende (2014) enfatizam que algumas emoções podem ser liberadas por meio de uma descarga emocional provocada por uma situação dramática. “As tramas abordam predominantemente o presente no qual o cotidiano é incorporado nos modos de viver, de pensar, de sofrer e de conviver com a realidade em transformação” (2014, pp. 5-6), como é possível comprovar os comentários de internautas na página do DOL:

Imagens 07, 08 e 09. Comentários na postagem feita no Diário Online (DOL), no Facebook.



Fonte: Captura de tela/ Facebook DOL.

Devemos observar ainda o quanto tais relatos possuem em geral como única argumentação questões pessoais que se misturam a que está sendo discutida. Tais experiências referem-se a diferentes ocasiões: de tragédias pessoais (doença, acidentes, morte) a indignação

por atos de corrupção, comentários contra crimes hediondos, manifestações contra diversas formas de preconceitos, entre outros” (REZENDE, 2014, p. 144). É na *web* que pessoas que não se conhecem e nunca se viram terminam se encontrando e interagindo, processo que dá maior “legitimidade” aos discursos criados, afinal

O desdobramento narrativo que se desenvolve contribui para a construção da satisfação proporcionada por fazer parte da coletividade, que pode ser de uma comunidade ou de um grupo. Ou seja, na maior parte das vezes, relaciona-se propriamente ao sentimento individual, de pessoas que interagem através de mediações políticas, éticas, cognitivas, mas principalmente pela satisfação da ideia de pertencerem ao mesmo universo simbólico, numa retomada da identidade do eu através de um complexo catártico de emoções reprimidas pela vida cotidiana. (REZENDE, 2014, p. 149)

Tais discussões são perceptíveis em comentários como estes, facilmente encontrados na publicação aqui analisada:

Imagens 10 e 11. Comentários na postagem feita no Diário Online (DOL), no Facebook.



Fonte: Captura de tela/ Facebook DOL.

Diante disto, notamos que muitas vezes o assunto que originou a discussão nas redes sociais é deixado de lado em detrimento não da argumentação diante do fato, mas sim da apresentação da própria opinião, relatos pessoais e mesmo posicionamentos mais agressivos que

denotem certo “alívio” diante de um problema. A busca “inconsciente”, talvez, pela catarse, assim, passa a ser imperativa, nos ajudando a problematizar o quanto o Jornalismo contemporâneo também a incentiva ao disponibilizar espaço e incitar os internautas a comentarem suas publicações.

Considerações finais

Neste ensaio, partindo da notícia da aprovação de Pedro Henrique publicada no portal paraense Diário Online (DOL) e, principalmente, a partir da reação do público diante de tal conteúdo, observamos o quanto por vezes os discursos vão além de uma postura mais comedida sobre um caso delicado e alcançam uma esfera muito mais pessoal e opinativa, que pode originar discursos de ódio, ofensas e mesmo práticas catárticas.

Diferentemente de outros meios de comunicação, sabemos que as plataformas na internet oferecem uma quantidade praticamente ilimitada de informações, disponíveis para consumo e debate público. Com grande potencial de difusão rápida da informação, atualizações contínuas e acesso de qualquer lugar, aliados ao aumento do número de pessoas conectadas, sua importância e uso na sociedade cada vez mais ganha relevo.

Através dos discursos publicados é possível traçar “mapas” e conseguir pistas sobre reflexões bem mais amplas, sobre os sujeitos no período contemporâneo como discutimos ao longo do texto. Tais mudanças estão presentes também na cadeia de produção do Webjornalismo, seja por buscar conteúdos que fomentem mais discussões e gerem “mais likes”, seja por possibilitar e mesmo incitar o posicionamento das pessoas diante de uma reportagem.

Por fim, caro leitor, meses após sua aprovação, a verdade é que o caso de Pedro Henrique – que já havia sido aprovado outras quatro vezes no vestibular, também para o curso de Cinema e Audiovisual, sempre tendo seus pedidos negados – segue *sub judice* e nos possibilita compreender não somente algumas nuances da prática jornalística atual, mas também observar, em última instância, ações e discursos que são expressos nas redes sociais.

Referências bibliográficas

AMORETTI, Rogério. **Psicanálise e Violência**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992. 149 p.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

CANAVILHAS, João Messias. **Webjornalismo - Considerações gerais sobre jornalismo na web**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2001. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999a.

FARIZEL, Lucas; REZENDE, Renata. **O hibridismo ficção-realidade na narrativa telejornalística**. In: Iniciacom – Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação. Volume 6, nº 1, 2014. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/1923>>. Acesso em 10 de março de 2018.

GEERTZ, Clifford. **O Saber local**. 10ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

KOZINETS, Robert. “**On Netnography**: Initial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture.” In: ALBA, Joseph; and HUTCHINSON, Wesley. (eds.). *Advances in Consumer Research*. Provo, UT: Association for Consumer Research, 1998. p. 366 - 371. Disponível em: <<http://acrwebsite.org/volumes/8180/volumes/v25/NA-25>>. Acesso em: 20/02/2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Cidade virtual: novos cenários da comunicação**. Revista Margem. São Paulo: Educ. nº 6., 1997. Disponível em <<http://www.usp.br/comueduc/index.php/comueduc/article/view/334/331>>. Acesso em 17 ago. 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em tempo de redes virtuais e pós-verdade**. In: Estadão Online, 21 de junho de 2017. Disponível em <<https://goo.gl/T9Kkzq>>. Acesso em 11 de setembro de 2017.

PRIMO, Alex. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. E- Compós (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2018.

REZENDE, Renata. **A catarse cotidiana**: performances dramáticas no Facebook. In: Revista Culturas Midiáticas. Universidade Federal da Paraíba, v. 7, 2014. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/24498>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

ROCHA, Paula Jung; MONTARDO, Sandra Portella. **Netnografia**: incursões metodológicas na cibercultura. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação E-Compós. Vol 4, Dezembro 2005.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SILVA JUNIOR, José Afonso. MEDEIROS, Priscila Muniz. **Ciberespaço, opinião pública e soberania popular: algumas considerações**. Revista Contemporânea - Comunicação e Cultura. P.417-432. 2011. Disponível em <<https://goo.gl/jCyBYw>>. Acesso em 22/02/2018.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre. Sulina: Edipucrs, 2002.